



## 26º EXAME DE SELEÇÃO PARA ESTÁGIO FORENSE

### CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVAS

#### ATENÇÃO

1. A prova terá duração de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA** da prova objetiva e a transcrição das respostas para o **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO** da prova discursiva.
2. Quando autorizado o início da prova, confira atentamente este **caderno** que contém 20 (vinte) questões objetivas de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C,D), e 03 (três) questões discursivas, distribuídas da seguinte forma:

QUESTÕES OBJETIVAS	
Direito Civil	de 01 a 08
Direito Constitucional	de 09 a 16
Direito Processual Civil	de 17 a 20

QUESTÕES DISCURSIVAS	
1ª	Direito Civil
2ª	Direito Constitucional
3ª	Direito Processual Civil

3. Observe as seguintes recomendações relativas ao **CARTÃO-RESPOSTA**:
  - verifique, no seu **cartão**, o seu nome, o número de inscrição e o número de seu documento de identidade;
  - o **cartão-resposta** será o **único documento válido** para correção eletrônica através de leitura ótica, e seu preenchimento e respectiva **assinatura** são de inteira responsabilidade do candidato;
  - a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, **fortemente**, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada, para assegurar a perfeita leitura ótica;
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO**:
  - considere o **número máximo** de linhas definido para cada questão discursiva;
  - será eliminado o candidato que inserir seu **nome** ou **assinatura** em qualquer parte do **caderno**, ou qualquer outro sinal fora da área própria para preenchimento;
  - ao terminar a transcrição para o caderno definitivo **destaque o canhoto**, ele é seu comprovante e contém o código criptografado identificador de sua prova.
5. Não haverá substituição parcial ou integral do **CARTÃO-RESPOSTA** ou do **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO**, por erro do candidato.
6. O candidato será automaticamente **excluído** do certame se for **surpreendido**:
  - utilizando-se, no decorrer da prova, de qualquer tipo de consulta a material impresso, anotações ou similares, ou em comunicação verbal, escrita, ou gestual, com outro candidato;
  - utilizando aparelhos eletrônicos, tais como: bip, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, máquina de calcular, máquina fotográfica, relógio digital com receptor; e o **telefone celular** deverá permanecer desligado, desde o momento da entrada no local de prova, **até a retirada do candidato do respectivo local**;
7. **Somente** após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**, o candidato **poderá** entregar o **CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado** e o **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO** e **retirar-se** do recinto de realização da prova .
8. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado e tenham sido entregues todos os **CARTÕES-RESPOSTA** e os **CADERNOS DE RESPOSTAS DEFINITIVOS**, sendo obrigatório o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova.
9. O **fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções**.
10. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, no segundo dia útil seguinte ao de realização da prova, estando disponível também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br> .

**DIREITO CIVIL**

- 01.** Com relação à representação, é correto afirmar:
- (A) é nulo o negócio jurídico que o representante, no seu interesse, celebrar consigo mesmo.
  - (B) o negócio jurídico que o representante, no seu interesse, celebrar consigo mesmo não é nulo se o ato for celebrado por terceiro ao qual o representante substabeleceu os respectivos poderes.
  - (C) a celebração de negócio jurídico pelo representante consigo mesmo admite permissão decorrente da vontade do representado.
  - (D) é de três anos o prazo decadencial para pedir a anulação do negócio jurídico celebrado pelo representante consigo mesmo.
- 02.** A responsabilidade civil é:
- (A) excludente da responsabilidade criminal;
  - (B) independente da responsabilidade criminal;
  - (C) subsidiária da responsabilidade criminal;
  - (D) dependente da responsabilidade criminal.
- 03.** Após análise das seguintes assertivas, assinale a alternativa correta:
- (A) são atributos da norma jurídica a heteronomia, a imperatividade e a generalidade.
  - (B) é possível a repristinação tácita no Brasil.
  - (C) o processo analógico de preenchimento de lacunas, inversamente daquele digital, corresponde à utilização de paradigmas normativos semelhantes ao caso concreto a se qualificar.
  - (D) pela exceção da reserva mental é possível postular pela nulidade do negócio jurídico em razão da incapacidade do emissor da vontade.
- 04.** Quanto às obrigações, é correto afirmar que:
- (A) a obrigação é indivisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetível de divisão por sua natureza;
  - (B) nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor;
  - (C) incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação só por ele exequível;
  - (D) a coisa incerta será indicada, ao menos, pelo gênero, quantidade e qualidade.
- 05.** No que tange aos institutos da prescrição e da decadência, é correto afirmar que:
- (A) violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela decadência, nos prazos legalmente previstos;
  - (B) os prazos prescricionais podem ser alterados por acordo entre as partes;
  - (C) é possível a renúncia à prescrição, desde que expressa;
  - (D) a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
- 06.** Quanto à aplicação do Código Civil em relação à Fazenda Pública, pode-se afirmar que:
- (A) não se aplica ao ente público nenhum dispositivo, já que o Código Civil regula apenas relação entre particulares;
  - (B) aplica-se a integralidade do Código Civil, já que este possui o mesmo patamar da Constituição da República;
  - (C) aplicam-se algumas normas, tais como as que regulam a classificação de bens públicos e o conceito de pessoa jurídica de direito público;
  - (D) só se aplica a totalidade das normas à União, cabendo aos Estados e Municípios regular sobre os temas de Direito Civil.
- 07.** São princípios plasmados no Código Civil de 2002, **EXCETO**:
- (A) princípio da boa-fé objetiva;
  - (B) princípio da plena autonomia da vontade das partes;
  - (C) princípio da desconsideração da pessoa jurídica;
  - (D) princípio da função social da propriedade.
- 08.** A possibilidade da entrega de um bem em substituição a outro como satisfação da relação obrigacional é modalidade de extinção da obrigação denominada:
- (A) dação em pagamento;
  - (B) solidariedade;
  - (C) confusão;
  - (D) novação.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

09. Acerca do processo legislativo federal, pode-se afirmar que:
- (A) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a possibilidade de incorporação e desmembramento de Estados;
  - (B) a Constituição pode ser emendada mediante proposta de metade, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
  - (C) compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções;
  - (D) a emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e submetida à sanção do Presidente da República.
10. Quanto à Administração Pública, pode-se afirmar que:
- (A) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros, assim como aos estrangeiros naturalizados, desde que preencham os requisitos estabelecidos em lei;
  - (B) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;
  - (C) a investidura em qualquer cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público;
  - (D) a lei deve reservar percentual dos cargos e empregos públicos para as minorias, nelas incluídas as pessoas portadoras de necessidades especiais, os negros e os ex-presidiários, e definirá os critérios de sua admissão.
11. Quanto ao Sistema Tributário Nacional, assinale a opção correta:
- (A) compete exclusivamente à União a instituição de contribuições;
  - (B) cabe à lei ordinária definir tributos e seus respectivos fatos geradores;
  - (C) é possível aos municípios, em situações extraordinárias, instituir empréstimos compulsórios;
  - (D) os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, sempre que possível.
12. Assinale, dentre os institutos urbanísticos abaixo relacionados, aquele que **NÃO** está previsto explicitamente no capítulo constitucional da ordem urbana:
- (A) limitação administrativa;
  - (B) plano diretor;
  - (C) desapropriação;
  - (D) usucapião.
13. Em relação ao princípio da separação dos poderes, é **INCORRETO** afirmar que:
- (A) trata-se de cláusula pétreia, não sendo passível de alteração por meio de emenda constitucional;
  - (B) é explicitamente previsto no art. 2º da Constituição da República;
  - (C) revela-se na regulação, por exemplo, da repartição de competência tributária entre União, estados-membros e municípios;
  - (D) é fundamento da definição das funções típicas e atípicas dos poderes, bem como da possibilidade de delegação de algumas delas.
14. No que toca ao exercício do controle de constitucionalidade pelo município, podemos dizer que:
- (A) os entes municipais são legitimados para propor ação direta de constitucionalidade nos moldes da redação do art. 103 da Constituição da República;
  - (B) os entes municipais, por serem pessoa jurídica de direito público, não podem suscitar controle de constitucionalidade incidental nos processos judiciais;
  - (C) o município pode ingressar com ação direta de inconstitucionalidade junto a tribunal de justiça contra lei estadual ou municipal;
  - (D) em âmbito de controle concentrado junto ao Supremo Tribunal Federal, os municípios só são legitimados para proporem arguição de descumprimento de preceito fundamental.
15. No que toca à organização do Estado Federativo Brasileiro e aos princípios constitucionais da Administração Pública, assinale a opção correta:
- (A) conforme a jurisprudência do STF, os estados-membros, em razão de sua autonomia político-administrativa, não estão obrigados a seguir as regras básicas do processo legislativo federal, como, por exemplo, aquelas que dizem respeito à iniciativa reservada de lei;
  - (B) os princípios constitucionais da legalidade e da moralidade são vetores de observância obrigatória pelos entes dos três níveis da federação, funcionando como parâmetros de comportamento tanto para o Poder Executivo quanto para os Poderes Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo;
  - (C) a maior parte da competência legislativa dos estados-membros está explicitamente enunciada no texto constitucional, cabendo aos municípios, como regra, os poderes ditos residuais;
  - (D) embora hoje não exista nenhum território federal no Brasil, a Constituição estabelece que sua criação seja regulada por meio de lei ordinária.

16. Assinale a opção correta:
- (A) é possível a intervenção federal na administração do ente municipal;
  - (B) ao empregado admitido pela Administração Pública conforme as normas da CLT é garantida a estabilidade;
  - (C) somente está legitimado para o ajuizamento da ação popular o titular de cargo eletivo;
  - (D) cabe *habeas data* contra a manutenção de dados em sistemas de restrição de crédito.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17. No que tange ao processo da ação de execução fiscal, é correto afirmar que a citação:
- (A) será feita por oficial de justiça, se a Fazenda não a requerer de outra forma;
  - (B) considera-se feita 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal;
  - (C) será feita pelo correio com aviso de recepção;
  - (D) interrompe a prescrição.
18. Dentre os Princípios Gerais que informam o Direito Processual, **NÃO** se insere:
- (A) o princípio da inviolabilidade do Ente Público;
  - (B) o princípio da imparcialidade do juiz;
  - (C) o princípio da igualdade;
  - (D) o princípio do juiz natural.

19. A declaração de autenticidade, pelo advogado, das peças que instruem o Agravo de Instrumento, na forma do art. 544, §1º do CPC é feita:
- (A) junto com a autenticação por oficial público com os respectivos originais;
  - (B) junto com a autenticação pelo cartório com os respectivos originais;
  - (C) em substituição à autenticação pelo serviço reprográfico particular;
  - (D) em substituição à autenticação por oficial público ou conferência em cartório, com os respectivos originais.
20. Dentre os seguintes privilégios processuais, assinale aquele que **NÃO** se aplica à Fazenda Pública:
- (A) prazo em quádruplo para se defender;
  - (B) nomeação de defensor dativo;
  - (C) isenção de custas judiciais;
  - (D) limitação quanto aos efeitos da revelia.

### QUESTÕES DISCURSIVAS

#### 1ª QUESTÃO: (DIREITO CIVIL)

Indique três diferenças entre os atos nulos e atos anuláveis, exemplificando um de cada espécie (30 pontos).

#### 2ª QUESTÃO: (DIREITO CONSTITUCIONAL)

Enumere e conceitue dois dos remédios constitucionais (40 pontos).

#### 3ª QUESTÃO: (DIREITO PROCESSUAL CIVIL)

João precisa de medicamento fornecido pela rede pública municipal de saúde, mas que não está sendo encontrado no ambulatório próximo à sua casa. Diante de sua necessidade, João vai à Defensoria Pública pedir orientação sobre como obter o remédio pela via judicial. Qual a medida judicial cabível? Qual o juízo competente para apreciar a demanda? Em caso de indeferimento do pleito liminar de fornecimento do remédio, qual o recurso cabível? (30 pontos).





